

# PAISAGENS E USO DO SOLO URBANO E RURAL

*Landscapes and use of the  
urban and agricultural ground*

*Paisajes y uso del espacio  
urbano y rural*

**DIAMANTINO PEREIRA**

EACH-USP Curso de Gestão  
Ambiental

E-mail: [diamantino@usp.br](mailto:diamantino@usp.br)

## Resumo

A consideração do tema impõe uma reflexão sobre o significado de seus componentes, uma vez que o seu entendimento é variado e alguns deles estão imersos em polêmicas de longa data. Dessa forma, neste texto desenvolveremos uma discussão a respeito do conceito de paisagem que no nosso entender não deve ficar circunscrito à apreensão sensorial, mas sim relacionado com o conceito de espaço. A qualificação das paisagens como urbanas ou rurais exigiu algumas considerações a respeito da produção da paisagem/espaço e apontamentos referentes à polêmica afirmação de Lefebvre no sentido de que as sociedades atuais caminhariam no sentido de sua urbanização total eclipsando assim a sua dimensão rural. O uso do solo foi entendido aqui como um processo de produção do espaço, descaracterizando assim o seu entendimento mais imediato de simples implantação de arquiteturas.

**Palavras-chave:** Paisagem, Produção do Espaço, Urbano, Rural, Uso do Solo.

## Abstract

The consideration of the subject imposes a reflection on the meaning of its components, a time that its agreement is varied and some of them are immersed in controversies of long date. Of this form, in this text we will develop a quarrel regarding the concept of landscape that in ours to understand does not have to be circumscribed to the sensorial apprehension, but yes related with the space concept. The qualification of the landscapes as urban or agricultural demanded some notes regarding the production of space and to the controversial affirmation of Lefebvre in the direction of that the current societies would walk in the direction of its total urbanization. The use of the ground was understood here as a process of production of the space, thus depriving of characteristics its more immediate agreement of simple implantation of architectures.

**Key-words:** Landscape, Production of the Space, Urban, Agricultural, Use of the Ground.

## Resumen

La consideración del tema impone una reflexión ante el significado de sus componentes, una época que su acuerdo está variado y algunos de ellos están sumergidos en controversias de larga fecha. De esta forma, en este texto desarrollaremos una pelea con respecto al concepto del paisaje que no tiene que ser circunscrito a la aprehensión sensoria, pero sí relacionado con el concepto del espacio. La calificación de los paisajes como urbana o rural exigió algunos consideraciones con respecto a la producción del espacio el referirse y las notas a la afirmación polémica de Lefebvre que las sociedades actuales caminarían en la dirección de su urbanización total. El uso de la tierra era entendido aquí como proceso de la producción del espacio.

**Palabras clave:** Paisaje, producción del espacio, urbano, rural, uso de la

## Paisagem

A noção de paisagem pode contar com vários significados, entre eles o que a denomina como aquilo que pode ser abarcado através dos sentidos, especialmente da visão. Essa concepção de paisagem como apreensão sensorial é um rigoroso senso comum possivelmente derivado da pintura que a partir da urbanização forçada pela revolução industrial com o cercamento dos campos e a expulsão dos camponeses “relembra” o mundo rural. As paisagens desse senso comum geralmente representam locais bucólicos e tranquilos onde a vegetação debruça-se sobre as águas tranquilas de um rio.

Paisagem é o que se vê? O que se vê é o real mas a nossa representação dessa paisagem não é a realidade mas apenas uma leitura dessa realidade. Como afirma David Bohm, não podemos conceber que o nosso pensamento esteja em correspondência direta com a realidade objetiva, ou seja, *“a relação entre o pensamento e a realidade a qual ele se refere é, de fato, muito mais complexa do que uma mera correspondência.”* (Bohm, 1998).

Devemos aprofundar a discussão a respeito do conceito de paisagem pois o seu entendimento como algo apreendido apenas pelos sentidos e pelas primeiras impressões torna o conceito descartável e ele é muito importante para a análise espacial. Essa precisão é importante, até porque “o que a vista alcança” é decisivamente influenciado pelo local onde se encontra o observador e pelos obstáculos que ele encontra para a extensão de sua observação. Aqui temos a presença da noção de escala, sem a qual o entendimento e representação dessa noção torna-se praticamente impossível. E além do mais, quando a “vista alcança” alguma coisa e nós descrevemos a realidade alcançada, o que temos não é a realidade mas sim uma leitura dela e leituras são feitas através de uma estrutura conceitual, mesmo que o leitor não tenha consciência disso.

Para Milton Santos (1996), por exemplo, a paisagem é constituída pelos elementos materiais presentes em um determinado lugar. Em um esforço de maior precisão, Santos afirma que quando os elementos da paisagem são sistematizados em uma representação cartográfica, por exemplo, ela poderia ser considerada como sinônimo de configuração territorial.

O conteúdo dessa noção é o de que a paisagem é constituída pelos objetos produzidos pela ação humana. Segundo Santos, entretanto, se relacionarmos os objetos com a ação que os produzem, não estaremos mais no âmbito do conceito de paisagem, mas sim de espaço geográfico.

Evidentemente, Santos empobrece a noção de paisagem e enriquece significativamente a de espaço a ponto de afirmar que um lugar submetido a uma explosão de uma bomba de nêutrons, que destruiria a vida mas preservaria as arquiteturas,

transformaria aquele espaço em apenas uma paisagem.

Se o conceito se referir, portanto a uma observação sem reflexão, qual a sua utilidade como instrumento de decodificação do real? Se o seu conteúdo estiver relacionado apenas às formas dos fenômenos, não é o próprio Milton que afirma que as formas são “formas-conteúdo”? Eu pergunto: conteúdo de que? Só pode ser do processo que criou a paisagem e nos deparamos com o sentido do termo em alemão “landschaft”. Mas é o significado que a maioria dos geógrafos denomina como espaço e/ou território).

“Landschaft”, segundo Holzer, *“refere-se a uma associação entre sítio e os seus habitantes, ou se preferirmos, de uma associação morfológica e cultural. Talvez tenha surgido de “Land schaffen”, ou seja, criar a terra, produzir a terra. Esta palavra transmutada em “Landscape” chegou a geografia norte-americana pelas mãos de Sauer que, cuidadosamente, enfatizava que seu sentido continua sendo o mesmo: o de formatar (land shape) a terra, implicando numa associação das formas físicas e culturais.”* (1999, p.152), apud Castro s/d. Baseando-se em Freitas et alii (1999) Castro informa ainda que o termo não possui equivalente em outras línguas, abarcando de forma integrada a natureza e a ação humana como produtoras de uma totalidade.

Considero, entretanto, que não há a necessidade de estabelecermos um conceito ligado apenas à forma e outro que estabeleça a relação entre a dinâmica e a forma. É mais produtivo considerar a paisagem como a manifestação espacial de uma dinâmica. Para entender a paisagem, evidentemente deveremos desvendar essa dinâmica. E dessa forma teremos a paisagem significada, que muitos autores denominam de espaço e seu processo de construção como uma construção social.

Não se trata, portanto, de escalas diferenciadas de abordagem da realidade pois não nos estamos referindo à maior ou menor abrangência geométrica de um fenômeno mas sim adequando instrumental teórico para comunicar nossa leitura do real em qualquer escala.

Portanto, se a paisagem poderia ser entendida como a forma da materialização territorial dos fenômenos, esse conteúdo sintetiza o seu processo de construção. Dessa maneira não podemos conceber o conceito de paisagem isolado do de espaço, o que deveria nos levar à discussão deste conceito.

### **Produção de espaços funcionais**

Na medida em que o processo de produção do espaço está ligado à dinâmica social, é nesta que devemos concentrar nossas atenções para que possamos esclarecê-

lo. Nas sociedades modernas, cada vez mais inter-relacionadas, produzem-se espaços muito semelhantes, referenciados em características comuns de cultura, economia, estética, etc. Produzem-se também diferenciações relacionadas com a maneira pela qual essas lógicas globais se interiorizam nos diferentes territórios.

Essas diferenciações são observáveis em diversas escalas.

“(…) apesar de ser fundamental sob outras maneiras, a divisão específica do trabalho contribui muito pouco para a diferenciação social que, por sua vez, leva ao desenvolvimento desigual. (...) A divisão específica do trabalho ocorre na escala da fábrica individual e, quando muito, afeta as diferenciações geográficas na escala intra-urbana. Indiretamente, contudo, o avanço da divisão específica do trabalho pode ter um efeito mais abrangente.” (Smith, 1988)

A divisão técnica do trabalho denominada por Smith como “divisão específica”, na medida em que acarreta a formação de diferentes categorias sócio profissionais com rendimentos, muitas vezes, extremamente diferenciados, contribui efetivamente para a diferenciação social ao contrário do que afirma o autor. A dimensão espacial dessa diferenciação torna-se visível em diversas escalas, começando com a própria territorialidade do exercício da função de cada trabalhador no estabelecimento, diferenciada para cada valor de uso. Ainda vinculada a essa divisão, temos a territorialidade construída, por exemplo, com as habilitações técnicas e treinamentos proporcionados pela empresa que, muitas vezes, implicam até em territorialidades internacionais.

Quando a divisão técnica se condensa em uma estrutura de cargos e salários, as diferentes categorias sócio-profissionais materializam-se espacialmente de maneiras diferenciadas em função de suas variadas capacidades de acesso. Portanto, cada pessoa, na sua vida cotidiana, participa da construção de territorialidades diferenciadas, muitas vezes derivadas de coisas bem concretas como o ir e vir da casa ao trabalho, os lugares onde faz compras, os botecos ou clubes de fim de semana, as escolas ou faculdades que frequenta etc. (Pereira, 2001).

Os usos do espaço caracterizam espaços funcionais que podem ser dotados de tanto de homogeneidade quanto de heterogeneidade. Seja como for, as funções são valorizadas ou desvalorizadas socialmente e produzem uma hierarquização espacial. Assim, espaços funcionais como o residencial, o industrial, o agrícola ou ainda o deserviços são valorizados de maneira diferenciada dependendo do estágio de desenvolvimento social. Além disso, sobre cada um desses espaços funcionais se sobrepõem distinções sociais. (Sanchez, 1992).

Toda essa discussão a respeito da produção do espaço e da paisagem está

relacionada à discussão do conteúdo dos conceitos dos espaços funcionais cidade, campo, urbano e rural. Sobretudo porque é quase uma unanimidade a negação caracterização desses espaços em função de uma articulação setorial onde se vincularia a agropecuária ao campo e ao rural e as atividades industriais, comerciais e de serviços às cidades e ao urbano.

Abramovay (2003), por exemplo, afirma que o rural e o urbano são conceitos de natureza territorial e não-setorial. Em vez de uma definição setorial de áreas rurais, seria necessária uma definição espacial. Desenvolvimento rural é um conceito espacial e multissetorial e a agricultura é parte dele. O importante é saber exatamente o que se entende por “espaço rural” e, nesse caso ele levanta a importância de três fatores: relação com a natureza, relativa dispersão populacional e relação com as cidades.

Entretanto, considerar que a relação com a natureza que seria mais próxima no meio rural, podendo ser medida pelo que se denomina de “grau de artificialização da paisagem”, se não ignora, pelo menos atribui pouca importância às práticas agropecuárias da atualidade estabelecidas pelo “pacote” da revolução verde que combinava a seleção de sementes, adubação química e agrotóxicos. Além do mais, a revolução verde já é até coisa do passado sobretudo quando da seleção de sementes passamos para a engenharia genética e para a criação de transgênicos, aliado às formas de gerenciamento da agricultura de precisão.

Mesmo que se afirme, como é o caso, que a relação com a natureza começa a ser encarada não mais como uma forma de explorar seus recursos, isso não deve ser encarado como uma peculiaridade de um denominado meio rural, mas como a emergência de uma nova consciência ambiental que perpassa a sociedade como um todo.

Não podemos considerar as áreas não densamente povoadas como destinadas ao abandono constante, sobretudo com a emergência da 3ª revolução industrial que descentralizou as unidades produtivas, o comércio e os serviços através da constituição de redes de fornecimento logístico articuladas mundialmente conformando o “mundo plano” nas palavras de Friedman (2005). As possibilidades de gerenciamento e controle das atividades econômicas à distância permitiram a sua descentralização e a aposentadoria da necessidade de concentração como um valor universal no sentido de ganho de produtividade. Assim, as zonas de baixa densidade demográfica nem são mais necessariamente isoladas, nem estão destinadas necessariamente ao abandono e à estagnação, mas nem por isso seriam rurais só por apresentarem uma população esparsa.

O que se coloca é que a modernidade trouxe para o campo a mesma forma de vida das cidades incluindo as relações de trabalho e de produção. Assim temos paisagens diferenciadas construídas pela relação específica homem-meio mas que, entretanto, são fruto de uma única articulação espacial, a que apresentou seu pólo dinâmico

originariamente nas cidades.

Essa modernidade associada às cidades tem levado a vários níveis de representações, como por exemplo, o campo passar “*a ser associado a uma forma natural de vida, de paz, inocência e virtudes simples. À cidade associou-se a idéia de centro das realizações, de saber, comunicação e luz. Também colocaram-se poderosas associações negativas: a cidade como lugar de barulho, mundanidade e ambição; o campo como lugar de atraso, ignorância e limitação.*” (Williams, 1989, p.11).

Ou ainda não reconhecer como pertencente à cidade elementos caóticos e mal organizados: “*Depois da Cintura Industrial principia a cidade, enfim, não a cidade propriamente dita, essa avista-se lá adiante, tocada como uma carícia pela primeira e rosada luz do sol, o que aqui se vê são aglomerações caóticas de barracas feitas de quantos materiais, na sua maioria precários, pudessem ajudar a defender das intempéries, sobretudo da chuva e do frio, os seus mal abrigados moradores.* (Saramago, ). Apesar da solidariedade social demonstrada pelo autor, os barracos não fazem parte da cidade.

## Urbano e Rural

Em função dessas representações e da polêmica na qual estão envolvidas, a discussão sobre as noções de cidade/campo e urbano/rural devem ser enfrentadas conjuntamente para não correremos o risco de estabelecer uma razão dualista onde os elementos relacionem-se por oposição ou exclusão. Um exemplo desse perigo está no fato de alguns autores afirmarem que o primeiro par de categorias seria ligado à forma e o segundo ao processo. Entretanto a atribuição desse significado opera no sentido de separarmos a forma do conteúdo, como apontei em relação ao significado do conceito de paisagem.

É frequente considerar os termos como se fossem sinônimos. Por exemplo, o sentido do título deste texto poderia ser entendido como o uso do solo na cidade e no campo com poucos prejuízos aparentes para o seu desenvolvimento. Isso, a menos que consideremos o urbano e o rural como relações não necessariamente vinculadas a seus pares específicos mas que se interpenetram num espaço de fluxos.

A existência de cidades é um fenômeno muito mais antigo do que se imagina. Uma das primeiras cidades de que se tem notícia teria sido a de Çatal Huyuk localizada no planalto da Anatólia (atual Turquia) no ano de 6500 AC, na era neolítica quando a transição da caça e coleta para a agricultura havia recentemente se colocado. Registros arqueológicos indicam que provavelmente a sua população tenha atingido o número de 6 mil habitantes.

Considerar, entretanto essa aglomeração como cidade, envolve discutirmos o alcance desse conceito assim como o de urbano e seus pares campo e rural.

Ruy Moreira indica estágios pelos quais a cidade teria passado, todas elas referenciadas a alguma forma de hegemonia cultural: 1) A cidade e o campo numa sociedade da cultura rural, 2) numa cultura de divisão territorial do trabalho e 3) numa sociedade da cultura urbana. (Moreira, 2005). Dessa forma a cidade a que nos referimos nos parágrafos anteriores estaria emergindo no seio de uma sociedade de cultura rural que concentra a maior parte das atenções e das atividades da maioria de sua população. É aquilo que Lefebvre denomina de ilha isolada em um oceano rural.

A caracterização do urbano como um lugar de intensificação das relações foi muito propagada por autores como Castels, por exemplo. Entretanto, a revolução das comunicações da atual era da informação tem jogado contra essa noção na medida em que os lugares passam a ser acessíveis de forma intensiva no atual espaço de fluxos.

Lefebvre (1991) afirma que “a cidade ataca o campo, corrói, dissolve-o” e que “a vida urbana penetra na vida camponesa despojando-a de seus elementos tradicionais”. Não considera que a urbanização crescente levaria a uma dissolução e indiferenciação, mas sim à imposição de uma dinâmica sobre a outra. Nesse rumo, Ruy Moreira (op. cit.) afirma que “o campo se torna tão urbano quanto a cidade”.

Como as concepções a respeito da cidade e do urbano são diversas e por isso o tema merece uma atenção cuidadosa.

São de Lefebvre as afirmações mais contundentes e radicais a respeito do processo de urbanização pelo qual estaria passando o mundo atual (“A revolução urbana”, edição original em francês de 1970 e edição brasileira de 1999). Ali o autor afirma textualmente que “*Para denominar a sociedade pós-industrial, ou seja, aquela que nasce da industrialização e a sucede, propomos aqui este conceito: sociedade urbana, que designa, mais que um fato consumado, a tendência, a orientação, a virtualidade.*” O autor afirma ainda que se trata de uma “hipótese teórica” mas que se baseia em fatos incontestáveis representados por exemplo pelo fato da produção agrícola ter se convertido na prática “*num setor da produção industrial*”, os meios de produção se concentram, processo esse que é acompanhado pela concentração da população. O tecido urbano constituído não apenas pelo “*domínio edificado das cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo*”. Com esse conteúdo, a noção de tecido urbano compreenderia tanto uma “*segunda residência, uma rodovia ou mesmo um supermercado em pleno campo*”.

Afirmações de Lefebvre que já são imensamente conhecidas do público interessado nessa discussão, pois afinal já se vão quase 40 anos desde que apareceram impressas pela primeira vez. Esse tempo transcorrido é importante para everiguarmos

a situação do processo de urbanização da atualidade e o grau de proximidade com aquilo que o autor denominava como hipótese no passado.

A urbanização completa da sociedade já é uma hipótese não tão teórica quanto no tempo em que Lefebvre a anunciou. Entretanto devemos explicitar o que queremos dizer com isso.

Um dos elementos fundamentais da caracterização desse fenômeno é a denominada “industrialização da agricultura”. Evidentemente que o sentido dado a esse termo não implica em desconsiderarmos os aspectos da dinâmica biológica presentes nas atividades agropecuárias por mais modernos que sejam os métodos utilizados. E não são apenas aspectos presentes a montante e a jusante como é o caso da produção industrial dos fertilizantes, agrotóxicos, equipamentos agropecuários, sistema de transportes, comunicações e comercialização: essa é uma visão redutora do conceito que é assim configurado apenas para ser negado. Trata-se na verdade das atividades agropecuárias serem implementadas com basicamente os mesmos princípios que regem as atividades industriais, tais como a produção estandarizada e em grande escala como meios efetivos para se otimizar o processo de reprodução do capital, como afirmamos anteriormente.

A decorrência da possibilidade da “urbanização completa da sociedade” deveria estar articulada com o conceito de hegemonia que em si implica não na exclusividade mas na dominância. O que se visualiza através desse conceito é que, seja no campo ou na cidade, nos locais de grande ou de baixa densidade demográfica, a dinâmica social tende a ser semelhante, rompendo, portanto com a identidade de dois espaços separados e com dinâmicas desiguais e muitas vezes contraditórias.

A oposição cidade campo, cede assim lugar para o campo vinculado à dinâmica da cidade e dessa forma o campo passa por um processo de urbanização. Não se colocam mais duas lógicas sociais diferenciadas mas apenas uma que é hegemônica na cidade e no campo.

Isso não quer dizer que os espaços serão indiferenciados, mas que as diferenças serão decorrentes do posicionamento dos lugares na divisão territorial do trabalho, produzindo paisagens diferenciadas, presas porém à mesma dinâmica.

A antiga noção da vinculação do rural ao agrícola já não se sustenta, evidentemente, em função da diminuição expressiva da necessidade de mão de obra empregada nas atividades agropecuárias. Nesse sentido os opositores da noção da “urbanização completa da sociedade” afirmam que urbano e rural são conceitos de ordem territorial e não setorial: o desenvolvimento rural seria um conceito espacial e multissetorial e a agropecuária uma parte dele (Abramovay, 2003). Afirmam ainda que não se deve vincular a noção de desenvolvimento ao urbano e a de esvaziamento ao

campo pois existiriam muitas áreas com baixa densidade populacional que seriam hoje tão ou mais dinâmicas que grandes centros metropolitanos.

É o campo moderno, que nem precisa ser agropecuário e nem decadente, é o campo caracterizado pela pluriatividade, seria “*uma nova ruralidade que se encontra metamorfoseada*” (Favareto, 2007). Metamorfose que outros autores denominaram como o “novo rural” ou “rurbano” caracterizado por “*uma agropecuária moderna, baseada em commodities e intimamente ligada às agroindústrias; um conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços; um conjunto de “novas” atividades agropecuárias, localizadas em nichos especiais de mercados*”. (Graziano da Silva, 1999).

Mas em toda essa discussão, cidade e campo muitas vezes são confundidos com rural e urbano, ocorrendo mais precisamente que os autores muitas vezes não se preocupam em precisar esses conceitos e ao utilizá-los de forma indiscriminadas dão a impressão de que poderiam ser tratados como sinônimos. Muitas vezes é esse mesmo o posicionamento dos autores. Capel (1975), por exemplo, afirma que urbano é uma forma específica de povoamento e de organização espacial e que os critérios fundamentais para a sua definição seriam a densidade e morfologia. “*Densidade como expressão da concentração permanente de um certo número de pessoas sobre um espaço reduzido. Morfologia como reflexo da densidade e de um tipo de utilização do solo de caráter não rural (no sentido amplo de agrosilvopecuário)*”. Entretanto essa definição seria mais apropriada para a conceituação da cidade e do campo e não tanto do urbano e do rural.

Retornando à inspiração de Lefebvre de que o espaço é hegemonicamente guiado por processos cada vez mais homogêneos e resumindo a discussão que ainda deveria passar, por exemplo, pelo tema da relação com o meio artificializado e com a natureza, acreditamos que há uma dose exagerada de sectarismo entre os dois lados da contenda. Em outras palavras, quando se afirma que o rural ainda existe hoje mas é um rural modernizado espacial e não setorial, isso poderia ser assimilado justamente pela noção de urbanização de toda a sociedade, noção que não nega as diferenças mas que identifica um processo dominante na produção e configuração espacial.

E ainda não mencionamos as noções de urbano produzidas pelos órgãos nacionais de estatística de diferentes países. Alguns consideram como urbanos os aglomerados populacionais com mais de 300 habitantes, como é o caso do Peru, e outros elevam esse limite para 3.000, como é o caso do Japão. Alguns outros articulam esse número com tipos predominantes de atividade econômica e outros ainda estabelecem um mínimo de habitantes por km<sup>2</sup> para considerar uma aglomeração como urbana.

No Brasil, a definição é eminentemente política pois considera-se como área

urbana aquela correspondente à sede do município que tem o seu “perímetro urbano” estabelecido pelo poder político das câmaras municipais.

É por isso que Veiga tem afirmado que o Brasil não seria tão urbano quanto aparece nas estatísticas e propõe critérios mais apurados do ponto de vista técnico para a sua qualificação. Não sai, entretanto, com essas considerações, da discussão dos critérios estatísticos.

Se considerarmos o urbano a partir da inspiração de Lefebvre, entretanto, poderíamos afirmar que o Brasil é na realidade muito mais urbano do que aparece nas estatísticas.

### **Paisagens urbanas e rurais**

Assim, poderíamos sintetizar o entendimento do tema desse texto da seguinte forma: as paisagens não são implantes alienígenas mas são produzidas pelas sociedades (consideradas partícipes da natureza). Como podem ser consideradas, de acordo com Milton Santos, como acúmulos de tempos diferentes, muitas vezes as paisagens parecem estar em desacordo com a dinâmica local, mas isso normalmente é apenas aparência. Outras vezes as ligações com as localidades são tênues, mas se alterarmos a escala logo descobriremos as conexões. O uso do solo deriva da ação social que atua sobre suas características naturais através do trabalho potencializado pela técnica.

A sua caracterização como urbano ou rural depende tanto do entendimento desses conceitos quanto de sua aplicação na leitura de realidades específicas.

Lefebvre afirma que “*o campo é o lugar da produção e das obras. A produção agrícola faz nascer produtos; a paisagem é uma obra. Esta emerge da terra lentamente modelada.*” (op. cit.) Atualmente não poderíamos encarar esse processo de modelamento de forma lenta pois consideramos a paisagem ligada à dinâmica social. Moreira (op. cit.) coloca que “*os complexos agroindustriais completam e radicalizam a fusão cidade campo reorientando a divisão territorial do trabalho da moderna economia brasileira.*”

A penetração das atividades econômicas antes restritas às cidades não se restringe apenas às atividades industriais mas vão se propagando as atividades comerciais e de serviços, tanto aquelas demandadas para a produção agropecuária, quanto para o escoamento da produção do campo.

Nesse sentido, a dinâmica da paisagem, tanto urbana quanto rural, apresenta crescentemente marcas de homogeneidade apesar de que, em função dos fatores locais, geralmente se apresentam de forma heterogênea.

O uso do solo e, a constituição da paisagem aparece cada vez mais relacionada

com o mundo da mercadoria e da valorização do capital tanto na cidade quanto no campo.

As localizações dos fenômenos e, portanto, o uso do solo “anteriormente eram ditados pela presença de recursos naturais, infraestruturais ou sociopolíticos, quando estes apareciam como vantagens comparativas. Com a globalização, confunde-se a lógica do mercado global com a lógica individual das empresas” (Santos, 2001).

O uso do solo urbano ou rural no mundo da mercadoria guarda atualmente essa dinâmica, construindo paisagens muito similares nos lugares mundiais a ponto de alguns autores os identificam como “não-lugares” que são, entretanto, lugares para diferentes camadas sociais.

Mas a dinâmica dos lugares altera os padrões de uso do solo urbano e rural e dessa forma a lógica torna-se mundial e embasada na capacidade de inserção internacional e não apenas local ou nacional. É o que Castells chama de espaço de fluxos em substituição ao espaço dos lugares. Como afirma Fábio Duarte (2002), “os pólos urbanos se formam pela sedimentação de valores nos lugares que integrados ao processo tecnológico pode levar a um poder de adaptação às mudanças”.

Com essas novas dinâmicas, as paisagens podem se transformar do ponto de vista de sua arquitetura ou a se conservarem alterando a sua dinâmica. Em outras palavras, o uso do solo pela agropecuária pode ser a atividade preponderante há séculos, mas a dinâmica atual pode impor que sua abrangência não seja mais local e sim global. Da mesma forma, nas cidades, a nova dinâmica pode vir acompanhada de uma implementação de novas arquiteturas ou da adaptação das existentes.

Não devemos conceber, portanto, as paisagens isoladas da dinâmica social e sim considerá-las na sua especificidade da dinâmica atual, urbana e/ou rural.

## Bibliografia

- ABRAMOVAY, Ricardo. O futuro das regiões rurais, UFRGS, Porto Alegre, 2003.  
BOHM, David. A totalidade e a ordem implicada, Cultrix, São Paulo, 1998.  
BURBACH, R. e Flynn, P. Agroindústria nas Américas, Zahar, Rio de Janeiro, 1982.  
CAPEL. Horácio. “La definicion de lo urbano”, Scripta Vetera, 1975, <http://www.ub.es/geocrit/sv-33.htm>  
CASTRO, Demian Garcia. Significados do conceito de paisagem: um debate através da epistemologia da Geografia, Rio de Janeiro, UERJ, dissertação de mestrado.  
DUARTE, Fábio. Crise das matrizes espaciais, São Paulo, Ed. Perspectiva, 2002  
FREITAS, Inês Aguiar de; PERES, Waldir Rugero; RAHY, Ione Salomão. A janela de Hitler. *GeoUERJ*, Revista do Departamento de Geografia, Rio de Janeiro, n.6, p.29-36, jul./dez.1999.  
FRIEDMAN, Thomaz L. O mundo é plano, Objetiva, Rio de Janeiro, 2005.  
GRAZIANO DA SILVA, José. O Novo Rural Brasileiro. IE/UNICAMP, Campinas, 1999.

- HOLZER, Werther. Paisagem Imaginário e Identidade: alternativas para o estudo geográfico. In: ROSENDAHL, Zeny & CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). *Manifestações da Cultura no Espaço*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. 248p. p.149-168.
- LEFEBVRE, Henri. A Revolução urbana, Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2002.
- LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade, São Paulo, Ed. Moraes, 1991.
- MELA, A. *A sociologia das cidades*, Estampa, Lisboa, 1999).
- MOREIRA, Ruy. Campo e cidade no Brasil contemporâneo, Conferência no Simpósio das representações urbanas em tempos de globalização, São Paulo, SESCSP, 2005.
- PEREIRA, Diamantino. Espacialidade da Produção e do Trabalho Industrial, tese de doutorado, São Paulo, PUCSP, 2001.
- \_\_\_\_\_. "O espaço das ciências humanas", Barcelona, Biblio 3W, 1998, <http://www.ub.es/geocrit/b3w-153.htm>
- SMITH, Neil. Desenvolvimento desigual, Bertrand, Rio de Janeiro, 1988.
- SÁNCHEZ, J. E. *Comentarios a la división espacial del trabajo y de la producción*, Barcelona, Scripta Vetera, 1992, <http://www.ub.es/geocrit/sv-28.htm>
- SANTOS, Milton. A natureza do espaço. São Paulo, Hucitec, 1996.
- \_\_\_\_\_. O Brasil: sociedade e território no início do século XXI", São Paulo, Ed. Record, 2001).
- VEIGA, José Eli. A atualidade da contradição urbano-rural, Análise Territorial da Bahia Rural, SEI, Série Estudos e Pesquisas, n° 71)
- \_\_\_\_\_. O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento, Brasília, Nead, 2001.
- WILLIAMS, Raymond. O Campo e a Cidade na história e na literatura. São Paulo, Companhia da Letras, 1989.

Recebido para publicação dia 06 de Junho de 2008